

JT  
23/5/98 11A  
24

**ESTRELA DE TV**

Um dia depois de impedir uma fuga em massa num DP da capital, a cadela 'Xuxa' ganha casa nova, presentes e vira estrela, com direito a 'entrevistas' no TV.

Página 14A



Luiz Paulo Lima/AE



Maurício Claret/AE

**TRÂNSITO**

A maioria das lombadas da cidade não segue a padronização exigida pelo Código de Trânsito. E a CET prevê dificuldades para cumprir a nova determinação.

Página 18A



Paulo Liebert/AE

Área de Mata Atlântica devastada em Cananéia, no Vale Ribeira, uma das regiões campeãs de desmatamento

**RIO E MINAS LIDERAM LISTA DA DESTRUIÇÃO**

**Ex-líderes melhoram**

O recorde de desmatamento é do Estado do Rio, em Trajano de Moraes. Foram perdidos 3.704 hectares de floresta contínua num só local, 4.420 hectares em outro e mais áreas dispersas, o que soma, no município, cerca de 10 mil hectares. Como na maior parte da região serrana, a mata deu lugar a pastagens. O desmatamento parece ser uma tendência também no Espírito Santo e em Minas Gerais, onde pastagens de baixa produtividade e plantações de café estão tomando o lugar das árvores. Além da perda da biodiversidade, o desmatamento aumenta muito o risco de erosão e deslizamentos das encostas.

O aumento da devastação em Minas foi outra surpresa desagradável. "Já tomamos providências", garante José Carlos Carvalho, secretário do Meio Ambiente. As providências incluem mudanças na legislação estadual, incentivos à recomposição florestal e aumento da capacidade de fiscalização.

No Espírito Santo, o nível do desmatamento preocupa, apesar de os números absolutos serem menos expressivos: 22.428 hectares derrubados entre 90 e 95 ou 5,47% de perda sobre os remanescentes de 1990. "A maior parte dos remanescentes está em propriedades privadas e as unidades de conservação no Estado são todas muito pequenas para preservar de fato a imensa biodiversidade das nossas ma-



O mapa da devastação da Mata Atlântica no Rio de Janeiro, em 1985,...



... e em 1995: Estado perdeu 140 mil hectares em apenas cinco anos

**Mata Atlântica pode acabar dentro de 50 anos**

RELATÓRIO MOSTRA QUE, EM 5 ANOS, FORAM DESTRUÍDOS 500 MIL HECTARES

Beatriz Lara e Liana John/AE

A Mata Atlântica pode estar totalmente extinta nos próximos 50 anos, caso o atual ritmo de devastação seja mantido. A região foi reduzida a apenas 7% da área original. Entre 1990 a 1995, foram desmatados 500.317 hectares de matas primárias. Só restam 8.182.096 hectares de florestas, excessivamente fragmentadas. Além disso, o desmatamento é hoje, proporcionalmente, quatro vezes mais acelerado do que na Amazônia.



As informações foram dadas, ontem, em São José dos Campos, durante o lançamento do novo Atlas, que reúne estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e da Fundação SOS Mata Atlântica sobre a evolução dos desmatamentos.

Segundo o coordenador técnico do projeto, João Paulo Ribeiro Capobianco, do Instituto SocioAmbienta (ISA), a cada quatro minutos é devastada uma área equivalente a um campo de futebol. Antes da devastação, a Mata Atlântica abrangia 15% do território nacional, totalizando cerca de 1,290 milhão de quilômetros quadrados.

De acordo com Capobianco, os maiores responsáveis pela atual situação são a expansão da agroindústria no interior, principalmente para pastagens de baixa produtividade, e a especulação imobiliária do litoral. Para ele, a fiscalização do governo não é suficiente para controlar a situação. "A ineficiência tem gerado uma taxa inaceitável de desmatamento."

Os estudos concentraram-se em 9 dos 17 Estados brasileiros, que representam 80% da Mata Atlântica. São eles: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Bahia foi excluída do relatório porque o excesso de nuvens nas fotos do satélite impossibilitaram a análise sobre o Estado.

O Rio de Janeiro apresenta hoje o quadro mais crítico em relação à

devastação, segundo Capobianco. "O Estado perdeu 13,3% da Mata entre 90 e 95, o que representa 140 mil hectares. O índice é superior à média nacional." Em seguida, vem Minas Gerais, com 88.951 hectares perdidos, apenas no que se considera domínio da Mata Atlântica (sem contar cerradões e outras fisionomias florestais do Estado).

O terceiro lugar ficou com o Paraná, com 84.606 hectares, um número alto, mas que reflete uma reversão de tendência no Paraná, se comparado com o estudo anterior. São Paulo aparece na quarta colocação, com 67.400 hectares derruba-

do de 1985 a 1990, ano em que ainda restavam 8,8% da floresta.

Na comparação entre os dois, verifica-se que o ritmo de devastação diminuiu. De 1985 a 1990, foram perdidas 6,5% da cobertura florestal, enquanto que, de 90 a 95, a taxa de desmatamento foi de 5,7%. "Ainda assim é muito, porque os desmatamentos estão ocorrendo num ecossistema que já foi reduzido a apenas 7% do seu tamanho original", reitera Capobianco. "A luta agora é pelo desmatamento zero", disse Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica.

O estudo deste ano atingiu uma qualidade técnica e um nível de detalhes que não foram possíveis no levantamento anterior. "Com informações mais precisas, saímos do nível empírico para dar à sociedade instrumentos de proteção e maneiras de reivindicar um patrimônio que é de todos, de forma mais profissional", acrescentou Mantovani.

O diretor do Inpe, Marcio Nogueira Barbosa, disse ontem que o governo federal já havia sido informado, no ano passado, sobre a questão da seca no Nordeste. Segundo ele, de outubro a dezembro de 97, foram enviados dois relatórios que especificavam a situação da região até o mês de maio. Para Barbosa, a ocorrência de chuvas no Nordeste, no início do ano, pode ter tornado a visão do governo sobre o assunto mais otimista.

**Rio de Janeiro**

13,3% A MENOS

dos, e Santa Catarina vem em quinto, com 62.919 (veja reportagem sobre a devastação em São Paulo e no Rio na página 12).

O coordenador do Inpe criticou a fiscalização realizada pelo Estado de São Paulo na área de Mata Atlântica paulista e disse que, apesar dos recursos, a empreitada decepcionou. Apenas os Estados do Paraná e de Santa Catarina conseguiram reduzir o volume de desmatamento.

Neste ano, o estudo foi realizado com imagens do Inpe juntamente com informações do ISA. O levantamento anterior abrangeu o perío-

**Como caminha a destruição no País**

Unidade Federação	Mata		Desmatamento	
	1990	1995	HA	%
Espírito Santo	409.741	387.313	22.428	5,47
Goiás	7.119	6.471	848	9,1
Mato Grosso do Sul	43.752	39.555	4.197	9,59
Minas Gerais	1.214.059	1.125.108	89.951	7,32
Paraná	1.815.137	1.730.528	84.609	4,66
Rio de Janeiro	1.069.230	928.858	140.372	13,13
Rio Grande do Sul	535.255	508.482	28.793	5,38
Santa Catarina	1.729.160	1.666.241	62.919	3,64
São Paulo	1.858.959	1.791.559	67.400	3,62
<b>Total</b>	<b>8.882.412</b>	<b>8.182.095</b>	<b>500.317</b>	<b>5,76</b>

**Legislação**

**BARRA MADEIREIROS**

tas", afirma Sérgio Lucena, do Museu de Biologia Mello Leitão.

Os dois vilões do desmatamento na Mata Atlântica, no estudo anterior, porém, dão bom exemplo. No Paraná e em Santa Catarina, diminuiu significativamente o ritmo de derrubada, ainda que os números absolutos continuem altos. "Essa redução demonstra a importância da pressão da opinião pública e do próprio monitoramento", afirma João Paulo Capobianco, do Instituto SocioAmbienta. Segundo ele, os Estados foram impactados ao serem apontados como os vilões e o impacto se refletiu nas ações do governo e do Judiciário.

Em Santa Catarina, a Procuradoria da República concedeu uma liminar, proibindo os órgãos de fiscalização de emitir qualquer licença de desmatamento antes da regulamentação da legislação federal, o que diminuiu a depredação por parte das madeireiras.

No Paraná, a legislação restritiva também imobilizou os madeireiros. O governo estadual trabalhou com os dados do estudo anterior, tomando medidas para recompor a má imagem. "É preciso ponderar, entretanto, que a floresta densa, no Paraná, só existe agora onde sua exploração não é economicamente viável, em encostas muito íngremes da Serra do Mar", lembra Teresa Urban, do Fórum Pró-Conservação da Natureza.

(L.J.)

**CLASSIFICAÇÃO**

**Estudo incluiu áreas por tipo de florestas**

A exemplo do que aconteceu no levantamento dos desmatamentos da Amazônia deste ano, o novo estudo sobre a Mata Atlântica também incluiu a classificação das áreas por tipo de floresta. O detalhamento é extremamente importante para a elaboração de planos de ação. Na Mata Atlântica há uma enorme diversidade de fisionomias vegetais, conforme o tipo de solo, relevo, clima, latitude e longitude. Por isso, é fundamental conhecer os detalhes da pressão humana e concentrar esforços na proteção de todos os tipos de floresta e não apenas daqueles cuja para exploração econômica é inviável.

As imagens de satélite ainda foram cruzadas, neste estudo, com os limites municipais, rede hidrográfica, mapa das unidades de conservação. "Excluímos, também, o que não é domínio de Mata Atlântica e avaliamos as regenerações em estágio avançado", explica João Paulo Capobianco, do Instituto SocioAmbienta. Essa informação básica deve contribuir, ele espera, para análises e políticas efetivas.

O detalhamento revelou, por exemplo, que a floresta mais próxi-

ma da extinção é a ombrófila (que depende de chuva) mista, mais aberta, enquanto que a mais protegida em parques e estações é a ombrófila densa, a floresta das encostas litorâneas, mais fechada. Foram classificados ainda os desmatamentos na mata estacional semi-decidual (que perde parcialmente as folhas de acordo com a estação), estacional decidual e ombrófila aberta. A regeneração só foi computada em estágio avançado, ou seja, mata secundária com árvores adultas e dossel fechado.

O Espírito Santo detém o recorde mundial de biodiversidade de espécies arbóreas, com a marca de 476 árvores diferentes, identificadas num hectare de floresta. Esta riqueza tende a diminuir drasticamente com o processo de fragmentação florestal.

"A biodiversidade existe devido a uma grande variabilidade de tipos de solo, de pluviosidade e de altitude, mesmo em áreas vizinhas", explica Sérgio Lucena, do Museu de Biologia Mello Leitão. Isso significa que a preservação de uma única área não garante a preservação da biodiversidade. "Não podemos prescindir das matas particulares, que dão continuidade às unidades de conservação", continua. "Trabalhamos na criação Reservas Particulares do Patrimônio Natural e num plano de ação emergencial para estancar o desmatamento."

(L.J.)

“ OS FAZENDEIROS DESMATARAM DO DIA PARA A NOITE E FIZERAM PASTAGENS ”

(Da secretária-adjunta do Meio Ambiente do Pontal do Paranapanema, Vera Bononi)

# Pontal e Vale do Ribeira, vilões do Estado

EM SÃO PAULO, JÁ FORAM DERRUBADOS 67.400 HECTARES DE MATA ATLÂNTICA. SÓ O PONTAL DO PARANAPANEMA RESPONDE POR 10% DESSE TOTAL

Liana John/AE

O ritmo do desmatamento no Estado de São Paulo continuou como nos anos anteriores. As áreas derrubadas entre 1990 e 1995 somam 67,4 mil hectares. O Estado perdeu, no período, o equivalente a 3,62% do total de florestas primárias. O grande problema, entretanto, é que os desmatamentos concentraram-se em duas regiões: Pontal do Paranapanema, no extremo oeste, responsável por 10% do total estadual, e o Vale do Ribeira, no sul, por 4%.



No Pontal, segundo avaliação da secretária-adjunta do Meio Ambiente, Vera Bononi, os maiores desmatamentos foram clandestinos e ocorreram entre 94 e 95. “Os fazendeiros, preocupados com a reforma agrária, desmataram da noite para o dia e plantaram pastagens, para mostrar produtividade.” Só no Pontal, a Secretaria do Meio Ambiente fez 121 autuações por desmatamento no período do estudo.

Laury Cullen Júnior, do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipe), confirma a responsabilidade de fazendeiros nos maiores desmates. “Os sem-terra não têm infra-estrutura para desmatar assim. Eles fazem a erosão de borda, uma ação mais lenta e menos visível



Pavlo Liebert/AE

Desmatamento no Vale do Ribeira: ritmo se manteve em São Paulo

## ÁREAS PROTEGIDAS CONTINUAM SENDO DEVASTADAS

Desmatamento a todo vapor no Vale do Ribeira

Apesar de ser uma das áreas mais protegidas do Brasil, com sete parques estaduais de uso indireto, três estações ecológicas e três Áreas de Proteção Ambiental (APAs), o Vale do Ribeira tem a segunda maior área desmatada do Estado de São Paulo, segundo os dados divulgados pelo Inpe. No período de 85 a 95, houve uma perda de 4% de Mata Atlântica na região. A situação piorou de 90 para cá: mesmo sem apresentar nenhum indicio de crescimento econômico, o avanço da devastação foi de 28%.

apontam a agricultura de baixa intensidade, a pecuária extensiva, o incentivo à criação de búfalos na região e a invasão de terras como as principais causas do desmatamento.

O Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ), segunda maior Unidade de Conservação do Estado, com 150 mil hectares de área, é o retrato da devastação. As invasões aliadas à agricultura de subsistência, a pecuária extensiva, pastagens e exploração predatória de madeira fazem da região a campeã em desmatamento no Vale do Ribeira.

Só em Barra do Turvo, um dos cinco municípios que cortam a área, vivem cerca de 3 mil pessoas, em 16 vilas sem nenhuma infra-estrutura de tratamento de esgoto, energia elétrica e coleta de lixo. O resultado é uma população miserável que vive abandonada pelas prefeituras locais por morar em uma área proibida. Justamente por isso, acaba degradando ainda mais a vegetação.

A única forma de sobreviver ali é o roçado. Naquela terra de ninguém, os moradores compram e vendem lotes do parque até com anúncios em jornais de Curitiba. A facilidade de acesso, já que a BR-116 atravessa o parque em 50 km, também incentivou a especulação imobiliária. Mas, para o coordenador regional de parques e reservas florestais, Ocimar Bim, o abandono do governo no final da década de 80 foi preponderante para o aumento do desmatamento. Segundo Bim, em 94, a Polícia Florestal começou a se equipar e melhorou a fiscalização. “Hoje já conseguimos congelar a ocupação irregular e a devastação.”

Há oito anos, quando o rezeiro pa-

ranaense Agenor Ricardo Lima chegou à Vila Bela Vista – uma das áreas em que hoje moram cerca de 60 famílias – começou a ocupação irregular em Jacupiranga. Naquela época, lembra Lima, pelo menos cinco famílias mudavam para lá a cada semana. “A gente sempre estraga só o que precisa. Se não desmatar não dá para plantar.”

O parque abriga hoje uma cidade-fantasma. Diversas estradas são abertas de modo precário no meio da Mata Atlântica fechada, o lixo fica espalhado pela margem das cachoeiras, poluindo as águas. Enquanto os moradores constroem escola primária, igreja e mercearia como escudo antidesapropriação. “Não tem como sair daqui. Nossa vida está no cultivo dessa terra”, explicou José Pereira, presidente da Associação dos Moradores da região, que tem cinco alqueires de terra onde planta arroz, feijão e milho e também abriu uma pastagem.

Segundo Pereira, a mata é feita para ser explorada. “Não dá para a gente morrer de fome enquanto a vegetação fica intacta.”

O agente florestal Carlos Martinez, do Instituto Florestal de Jacupiranga, trabalha na área há dez anos e responsabiliza a ocupação irregular

pelo avanço do desmatamento dentro do parque. Além da agricultura e da pecuária, os posseiros também extraem madeira da região. Numa operação montada pela Polícia Florestal, em abril, foram apreendidas 15 motoserras.

Apesar de reclamar da ocupação do parque, o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN) até hoje não colocou placas identificando a área como de preservação total.

Em Cananéia a devastação também é visível. O pescador João Lopes, de 70 anos, reclama que nunca pôde cortar uma árvore de suas terras para fazer uma canoa e, de um dia para outro, as motoserras da Sabesp destruíram uma área equivalente a dois campos de futebol ao lado de sua casa. “Essa destruição é triste, penso em sair daqui.”

**Camila Garcia, do Vale do Ribeira**



Pavlo Liebert/AE

Mata Atlântica: destruição

## Pontal

121 AUTUAÇÕES

para os satélites.” Cullen Júnior vem trabalhando na educação ambiental dos sem-terra há um ano e já conseguiu reverter esse tipo de erosão nos principais assentamentos.

No Vale do Ribeira, o quadro é bem mais crítico (leia reportagem ao lado). Os desmatamentos são provocados por invasões de terra, algumas dentro de parques, como o de Jacupiranga. Invasores embrenham-se mata adentro e vivem da extração ilegal de palmito e de pequenas roças. O desmatamento também é praticado em fazendas desapropriadas.

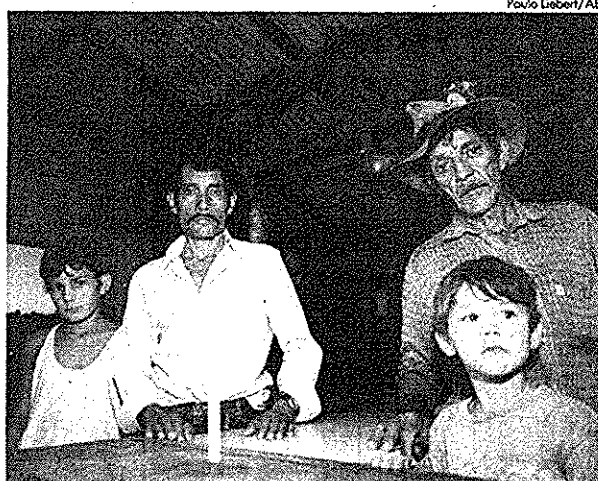
Vera criou um grupo na secretaria para definir estratégias de ação. “Vamos reforçar a fiscalização com recursos vindos da duplicação da BR-116. Também estamos buscando soluções para a questão fundiária no Estado.”

O problema é que a duplicação da estrada deverá atrair turistas para as regiões de Iguape e Cananéia, aumentando os desmatamentos para loteamentos de fim de semana. As restingas da Ilha Comprida, por exemplo, serão o primeiro alvo da especulação imobiliária, com o acesso facilitado pela estrada.



Pavlo Liebert/AE

O pescador João Lopes reclama da devastação



Pavlo Liebert/AE

Agenor Ricardo Lima e José Pereira, na Vila Bela Vista

# TRAJANO DE MORAIS, A CAMPEÃ DO DESMATAMENTO

Cidade da região serrana do Rio é apontada como a que mais devastou Mata Atlântica no País entre 1990 e 1995. Lá, pequenos proprietários tentam sobreviver em solos exauridos

Lourival Rodrigues, posseiro há 12 anos de 5 alqueires de terra em Sodrelândia, um distrito distante e de difícil acesso do município de Trajano de Moraes, na região serrana do Rio de Janeiro, olha com orgulho sua plantação de banana, feijão, milho, cana e café. Enquanto enrola um cigarro de palha, diz: “Essa mata toda aqui eu derrubei sozinho, com minha força e a ajuda de Deus.” Esse pequeno agricultor de subsistência não tem a menor idéia de que ajudou a transformar a cidade em que nasceu na campeã nacional de desmatamento de Mata Atlântica entre 1990 e 1995, segundo dados divulgados ontem pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Socioambiental, baseados em fotos de satélites registradas e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Só no período estudado pelo Inpe, foi desmatada em Trajano de Moraes uma área de aproximadamente 10 mil hectares (cem quilômetros quadrados), algo como 10 mil campos do Maracanã. Dois locais chamaram a atenção dos organizadores do estudo. Ao lado da Represa de Tapera, a 15 quilômetros de Sodrelândia, há uma área de 4,5 mil hectares contínuos de desmatamento (quase 50 quilômetros quadrados), onde cinco anos antes existia uma floresta. Ao redor do centro de Trajano há uma outra área contínua desmatada de 3,7 mil hectares (mais de 30 quilômetros quadrados). Nesses locais não há grandes propriedades ou latifúndios. Os restantes 1,8 mil hectares (menos de 20 quilômetros quadrados) foram



JF Dória/AE

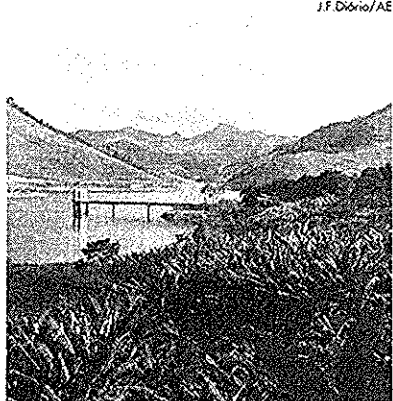
Lourival Rodrigues com os filhos: “Sei que não posso derrubar, mas não posso deixar as crianças passando fome”

derrubados em pequenas porções por pequenos agricultores e pecuaristas.

Em uma pequena casa de pau-a-pique, sem luz ou água encanada, Lourival, de 43 anos, mora com sua mulher, Branca, de 26, sete filhos entre 3 e 10 anos, e alguns animais. Todos vivem

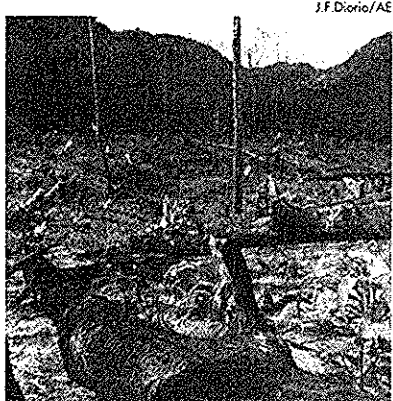
do que é retirado da terra e da venda da produção de bananas, que dá por mês à família em torno de R\$ 100. Ao lado da casa de Lourival estão instalados mais 17 posseiros. Todos derrubaram a mata nativa para fazer suas plantações. Há em torno de 20 alqueires desmatados

nas terras invadidas por eles (cerca de 10 quilômetros quadrados). Na última vez em que derrubou um pedaço de terra, no ano passado, Lourival foi autuado pelo Ibama e recebeu uma multa de R\$ 8,8 mil, valor que não tem condições de pagar. “A gente sabe



JF Dória/AE

Área desmatada em Tapera



JF Dória/AE

Área desmatada recentemente

que não pode derrubar, mas não posso deixar meus filhos passando fome.”

Com pouco mais de 10 mil habitantes, Trajano de Moraes, a 240 quilômetros do Rio, é uma decadente cidade agropecuarista, cujo solo foi exaurido durante o ciclo do café. Os pequenos

produtores, que respondem por 80% da economia local, substituíram a plantação pelo gado. “Como o preço do leite está cada vez mais baixo, os agricultores desmatam para ganhar mais terreno”, diz Rubens Récio, diretor de Conservação da Natureza da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Primeiro o agricultor roça o mato, depois corta as árvores maiores e finalmente toca fogo no que sobra. As chamas frequentemente se alastram pelas matas vizinhas. A devastação atinge até áreas íngremes, inúteis para a agropecuária. Até 1993 a mata ainda escondia fábricas de carvão. Serralherias, que vendiam ilegalmente madeiras nobres, eram encontradas até 1996. Quando o Ibama e o IEF começaram a fechar o cerco, as árvores eram derrubadas de dia e transportadas à noite. “Há oito meses o Ibama prendeu um caminhão carregado com 16 troncos de cedro”, diz o vereador e subprefeito de Sodrelândia, Ronaldo Brito (PMDB). Os pecuaristas dizem que, quando chegaram, a terra já estava desmatada.

“O que estão dizendo é uma injustiça contra Trajano”, diz o prefeito Eduardo Galil (PMDB) negando o desmatamento na cidade. Advogado e promotor público, Galil afirma que nunca houve comércio de madeira na região, embora o subprefeito de Sodrelândia o desminta. “Aposto qualquer coisa com o instituto que me provar que houve desmatamento.” Parece que o prefeito perdeu a aposta de antemão.

**Hector Vilar, de Trajano de Moraes (RJ)**